

País não paga 2,1

omia

O ESTADO DE S. PAULO — 27

bilhões até março

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Diante do compromisso dos bancos estrangeiros de não considerar o País inadimplente, o Brasil deixará de pagar US\$ 2,1 bilhões da dívida externa neste primeiro trimestre de 1987 (US\$ 700 milhões mensais, em média). Durante esse período, somente serão honrados os juros da taxa interbancária de Londres (**Libor**) mais um **spread** de 1,25% para os débitos de empresas privadas e de 1,125% para os do setor público.

As informações foram prestadas ontem pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher. O acerto foi concluído durante a viagem que o diretor de Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, fez a Nova York, em dezembro.

Uma categorizada fonte do Banco Central acrescentou que o acordo para esses três meses é apenas interino. Caso os negociadores brasileiros consigam um acordo definitivo com o Comitê de Assessoramento dos

Bancos até fins de março que proporcione a redução dos spreads para algo próximo a 0,8% — o que foi obtido pelo México —, em seguida será feito um “ajuste” que, em última análise, significará uma devolução da parcela que o Brasil pagou a mais, na hipótese de uma redução, a mais provável.

Seixas informou que as negociações dos bancos, envolvendo aproximadamente US\$ 70 bilhões, serão iniciadas efetiva-

mente após a conclusão de um acordo com o Clube de Paris.

A expectativa do Banco Central é que até fins de março já estejam terminadas duas renegociações simultâneas. A primeira diz respeito ao reescalonamento plurianual, de cinco ou seis anos, da dívida externa e, a segunda, ao refinanciamento dos créditos interbancários e comerciais de US\$ 15,5 bilhões, que vencem em 31 de março. Desde 1982, o Brasil vem procedendo apenas aos pagamentos de juros

e renovando seguidamente os créditos de curto prazo. Apesar dos percalços, os bancos estrangeiros acataram as ponderações do governo, mesmo porque o País não tem condições de honrar o principal da dívida e os juros ao mesmo tempo.

Para este ano, as negociações prometem ser mais difíceis, porque tradicionalmente os bancos rejeitam a não, inclusão do FMI como avalista. Assim, exigem a assinatura prévia de um

acordo entre Brasil e aquela instituição. Agora, os credores concordaram com o afastamento do FMI, e por isso procurarão se acercar de maiores garantias. O Banco Central, por seu lado, também cedeu, aceitando que o FMI forneça ao Comitê de Assessoramento o resultado da “inspeção” que anualmente realiza no Brasil. O relatório do FMI sobre a economia dos países filiados é guardado sob sigilo, mas os bancos estrangeiros terão acesso ao caso brasileiro.